



SENADO FEDERAL

**COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**

PAUTA DA 39ª REUNIÃO

(2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura)

**09/07/2012
SEGUNDA-FEIRA
às 09 horas**

**Presidente: Senador Paulo Paim
Vice-Presidente: Senadora Ana Rita**



Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

**39ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA
DA 54ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 09/07/2012.**

39ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA

Segunda-feira, às 09 horas

SUMÁRIO

1ª PARTE - AUDIÊNCIA PÚBLICA

FINALIDADE	PÁGINA
Debater a proteção à fauna marinha, o meio ambiente aquático, a perseguição a ativistas ambientais, e também a defesa do ecossistema após a conferência Rio + 20, na perspectiva do desenvolvimento sustentável no Planeta.	10

2ª PARTE - DELIBERATIVA

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	Requerimento 1		11
2	Requerimento 2		13
3	Requerimento 3		15
4	Requerimento 4		17

5	Requerimento 5		19
----------	-----------------------	--	-----------

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Rita

(19 titulares e 19 suplentes)

TITULARES			SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo(PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)			
Ana Rita(PT)	ES (61) 3303-1129	1 Angela Portela(PT)	RR (61) 3303.6103 / 6104 / 6105
Marta Suplicy(PT)	SP (61) 3303-6510	2 Eduardo Suplicy(PT)(21)(31)	SP (61) 3303-3213/2817/2818
Paulo Paim(PT)	RS (61) 3303-5227/5232	3 Humberto Costa(PT)	PE (61) 3303-6285 / 6286
Wellington Dias(PT)	PI (61) 3303 9049/9050/9053	4 Anibal Diniz(PT)(22)(32)(34)	AC (61) 3303-4546 / 3303-4547
Cristovam Buarque(PDT)	DF (61) 3303-2281	5 João Durval(PDT)	BA (61) 3303-3173
Eduardo Lopes(PRB)(19)(46)(47)	RJ (61) 3303-5730	6 Lídice da Mata(PSB)	BA (61) 3303-6408/ 3303-6417
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PMDB, PP)			
Pedro Simon(PMDB)	RS (61) 3303-3232	1 Roberto Requião(PMDB)(15)(17)(33)(40)	PR (61) 3303-6623/6624
VAGO(9)(20)(35)(36)(37)(50)		2 VAGO(45)	
VAGO(39)(41)(49)		3 Ricardo Ferraço(PMDB)	ES (61) 3303-6590
Casildo Maldaner(PMDB)(25)(38)	SC (61) 3303-4206-07	4 VAGO(28)	
Sérgio Petecão(PSD)(27)	AC (61) 3303-6706 a 6713	5 VAGO(20)	
Paulo Davim(PV)	RN (61) 3303-2371 / 2372 / 2377	6 VAGO	
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)			
VAGO(12)(16)(24)(43)(54)		1 Cássio Cunha Lima(PSDB)(14)(30)	PB (61) 3303-9808/9806/9809
VAGO(13)		2 Cyro Miranda(PSDB)	GO (61) 3303-1962
Clovis Fecury(DEM)(26)(44)(53)	MA 3303.6349	3 José Agripino(DEM)	RN (61) 3303-2361 a 2366
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR)			
Mozarildo Cavalcanti(PTB)(8)	RR (61) 3303-4078 / 3315	1 Gim Argello(PTB)(55)	DF (61) 3303-1161/3303-1547
Eduardo Amorim(PSC)(18)(52)	SE (61) 3303 6205 a 3303 6211	2 VAGO	
Magno Malta(PR)	ES (61) 3303-4161/5867	3 Vicentinho Alves(PR)	TO (61) 3303-6467/6469/6472
PSOL			
VAGO(42)		1 Randolfe Rodrigues(11)	AP (61) 3303-6568

- (1) Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.
- (2) Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- (3) Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.
- (4) Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.
- (5) Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.
- (6) Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.
- (7) Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.
- (8) Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).
- (9) Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
- (10) Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim e a Senadora Ana Rita, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
- (11) Em 17.03.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do PSOL na Comissão (OF. nº 085/2011 - GSMB).
- (12) Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (OF. nº 64/2011 - GLPSDB).
- (13) Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (OF. nº 65/2011 - GLPSDB).
- (14) Em 23.03.2011, o Senador Cícero Lucena deixa de integrar a Comissão (OF. nº 66/2011 - GLPSDB).
- (15) Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
- (16) Em 09.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do PSDB na Comissão (OF. nº 110/2011-GLPSDB).
- (17) Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
- (18) Em 11.05.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 84/2011 - GLPTB).
- (19) Em 11.05.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 63/2011-GLBAG).
- (20) Em 12.05.2011, o Senador Eduardo Amorim deixa de ser suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão e é designado como membro titular (Of. nº 156/2011 - GLPMDB).
- (21) Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
- (22) Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

- (23) O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- (24) Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
- (25) Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
- (26) Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
- (27) Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
- (28) Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
- (29) Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
- (30) Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 194/2011 - GLPSDB)
- (31) Em 22.11.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 138/2011-GLDBAG).
- (32) Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 140/2011-GLDBAG).
- (33) Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.
- (34) Em 29.11.2011, o Senador Anibal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 142/2011-GLDBAG).
- (35) Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
- (36) Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
- (37) Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
- (38) Em 07.12.2011, o Senador Casildo Maldaner é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador João Alberto Souza. (Of. s/n-GLPMDB)
- (39) Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
- (40) Em 08.12.2011, o Senador Roberto Requião é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão. (Of. nº 320/2011-GLPMDB)
- (41) Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 324/2011).
- (42) Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
- (43) Em 08.02.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 10/12 - GLPSDB).
- (44) Em 14.02.2012, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury (Of. nº 1/2012 - GLDEM).
- (45) Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
- (46) Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
- (47) Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 28/2012 - GLDBAG).
- (48) Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.
- (49) Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
- (50) Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
- (51) Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- (52) Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. nº 10/2012-GLBUF).
- (53) Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão(Of. nº 16/2012-GLDEM).
- (54) Em 07.05.2012, lido o Ofício nº 55/12-GLPSDB, comunicando que o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixou de integrar a Comissão.
- (55) Em 26.06.2012, o Senador Gim Argello é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 65/2012/BLUFOR).

REUNIÕES ORDINÁRIAS: QUINTAS-FEIRAS, ÀS 09:00HS
SECRETÁRIO(A): ALTAIR GONÇALVES SOARES
TELEFONE-SECRETARIA: 3303-4251/3303-2005
FAX: 3303-4646

PLENÁRIO Nº 2 - ALA NILO COELHO
TELEFONE - SALA DE REUNIÕES: 3303-2005
E-MAIL: scomcdh@senado.gov.br



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
54ª LEGISLATURA**

**Em 9 de julho de 2012
(segunda-feira)
às 09h**

PAUTA

39ª Reunião, Extraordinária

**COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA - CDH**

1ª PARTE	Audiência Pública
2ª PARTE	Deliberativa
Local	Anexo II, da Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, do Senado Federal.

Repetição de nome de convidado.

1ª PARTE

Audiência Pública

Assunto/Finalidade:

Debater a proteção à fauna marinha, o meio ambiente aquático, a perseguição a ativistas ambientais, e também a defesa do ecossistema após a conferência Rio + 20, na perspectiva do desenvolvimento sustentável no Planeta.

Requerimento(s) de realização de audiência:

- [RDH 68/2012](#), Senador Paulo Paim
- [RDH 79/2012](#), Senador Paulo Paim

Convidados:

- **José Sarney Filho**
Deputado Federal
- **Dirceu Raiser**
Professor, Presidente da ONG Proteção Ambiental
- **Roberto Vizentin**
Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
- **Yana Sobral**
Assessora Extraordinária Adjunta do Ministério do Meio Ambiente para a Conferência Rio + 20
- **Ana Lucia Travassos Romano**
Diretora da Faculdade de Oceanografia da Universidade Estadual do Rio de Janeiro
- **Wendell Estol**
Diretor Geral Voluntário - Instituto Sea Shepherd Brasil (Instituto Guardiões do Mar)
- **Pedro Picollo**
Integrante - Associação Alternativa Terrazul
- **Flávia Pessoa**
Bióloga

2ª PARTE

PAUTA

ITEM 1**[REQUERIMENTO Nº _____, DE 2012](#)**

REQUEIRO a realização de audiência pública para fazer um balanço das audiências realizadas pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa ao longo do primeiro semestre de 2012.

Autoria: Senador Paulo Paim

ITEM 2

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2012

REQUEIRO a realização de audiência pública para debater os direitos das pessoas idosas.

Autoria: Senador Paulo Paim

ITEM 3

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2012

REQUEIRO a realização de audiência pública para debater o serviço exterior brasileiro.

Autoria: Senador Paulo Paim

ITEM 4

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2012

Com fundamento no disposto no art. 93, incisos I, do Regimento Interno desta Casa, requero a realização de AUDIÊNCIA PÚBLICA pela COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH, para debater sobre o tema PSICOFOBIA É UM CRIME. Sugiro que sejam convidados os seguintes especialistas: ANTÔNIO GERALDO DA SILVA – Presidente da Associação Brasileira de Psiquiatria; WAGNER GATTAZ – Professor Titular da Faculdade de Medicina da USP; IANE KESTELMAN – Presidente da Associação Brasileira do Déficit de Atenção – ABDA (Representante dos Pacientes); LEANDRO MALLOY DINIZ – Professor de Psicologia da UFMG, Presidente da Sociedade Brasileira de Neuropsicologia; DOUGLAS PARRA – Presidente da Associação de Amigos, Familiares e Doentes Mentais - AFDMSO e Vice-Presidente da AFDM Brasil (Representante dos Familiares); ROBERTO TIKANORI – Coordenador de Saúde Mental do Ministério da Saúde.

Autoria: Senador Paulo Davim

ITEM 5

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2012

Requeremos, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para discutir denúncias sobre os graves delitos cometidos por associações de falsos condomínios.

Os falsos condomínios surgem quando alguns moradores de determinada rua ou loteamento, reunidos em grupos, a pretexto de prover maior segurança, criam uma associação, à revelia de muitos dos proprietários, cercam a área com muros, colocam portões, constroem guaritas e portarias dotadas de cancelas e proíbem a circulação de pedestres e de veículos considerados indesejáveis. São o exemplo mais eloquente da privatização do espaço público.

Para discutir esse assunto, de notório interesse público, indicamos, como convidados: Fernando Massote, professor do Departamento de Ciência Política da UFMG e organizador do Movimento Portas Abertas contra os Falsos Condomínios em Minas Gerais; Francisco do Arembepe, representante do Movimento de Defesa contra Falsos Condomínios em Camaçari, no Estado da Bahia; José Carlos de Freitas, promotor de justiça de São Paulo na área de Habitação e Urbanismo; Marcia Saraiva de Almeida, coordenadora do Movimento Nacional de Defesa das Vítimas dos Falsos Condomínios; Roberto Mafulde, advogado especializado e atuante na luta contra os falsos condomínios; Rodolpho Mello, coordenador do Movimento Cidade Democrática, em Cotia-SP; Sandra Paulino da Silva, advogada e moradora no município de Embu das

Artes, São Paulo; Saulo César Paulino e Silva, professor universitário e morador no município de Embu das Artes, São Paulo; Sidney Rosa, coordenador do Grupo de Combate aos Falsos Condomínios no Estado do Rio de Janeiro.

Autoria: Senador Eduardo Suplicy

1ª PARTE - AUDIÊNCIA PÚBLICA

1

2ª PARTE - DELIBERATIVA

1

REQUERIMENTO N° , DE 2012

Senhor Presidente da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal,

Com fundamento no disposto no Art. 93 inciso II, do RISF, **REQUEIRO** a realização de audiência pública para fazer um balanço das audiências realizadas pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa ao longo do primeiro semestre de 2012. Os convidados serão enviados posteriormente para a secretaria da Comissão.

Sala das Comissões,

Senador **PAULO PAIM**

2ª PARTE - DELIBERATIVA

2

REQUERIMENTO N° , DE 2012

Senhor Presidente da Comissão Permanente de
Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal,

Com fundamento no disposto no Art. 93 inciso
II, do RISF, **REQUEIRO** a realização de audiência pública para
debater **os direitos das pessoas idosas**. Os convidados serão
enviados posteriormente para a secretaria da Comissão.

Sala das Comissões,

Senador **PAULO PAIM**

2ª PARTE - DELIBERATIVA

3

REQUERIMENTO N° , DE 2012

Senhor Presidente da Comissão Permanente de
Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal,

Com fundamento no disposto no Art. 93 inciso
II, do RISF, **REQUEIRO** a realização de audiência pública para
debater **o serviço exterior brasileiro**. Os convidados serão
enviados posteriormente para a secretaria da Comissão.

Sala das Comissões,

Senador **PAULO PAIM**

2ª PARTE - DELIBERATIVA

4

REQUERIMENTO Nº , DE 2012

Com fundamento no disposto no art. 93, incisos I, do Regimento Interno desta Casa, requeiro a realização de AUDIÊNCIA PÚBLICA pela COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH, para debater sobre o tema **PSICOFOBIA É UM CRIME.**

Sugiro que sejam convidados os seguintes especialistas:

- ANTÔNIO GERALDO DA SILVA – Presidente da Associação Brasileira de Psiquiatria;
- WAGNER GATTAZ – Professor Titular da Faculdade de Medicina da USP;
- IANE KESTELMAN – Presidente da Associação Brasileira do Déficit de Atenção – ABDA (Representante dos Pacientes);
- LEANDRO MALLOY DINIZ – Professor de Psicologia da UFMG, Presidente da Sociedade Brasileira de Neuropsicologia;
- DOUGLAS PARRA – Presidente da Associação de Amigos, Familiares e Doentes Mentais - AFDMSO e Vice-Presidente da AFDM Brasil (Representante dos Familiares);
- ROBERTO TIKANORI – Coordenador de Saúde Mental do Ministério da Saúde.

JUSTIFICAÇÃO

Trata-se de audiência destinada a desmistificar os aspectos negativos que envolvem os transtornos mentais e o estigma que pesa sobre seus portadores.

Sala das Comissões, 04 de julho de 2012.

PAULO DAVIM
Senador

2ª PARTE - DELIBERATIVA

5



SENADO FEDERAL
Gab. Senador Eduardo Suplicy

REQUERIMENTO Nº – CDH

Requeremos, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para discutir denúncias sobre os graves delitos cometidos por associações de falsos condomínios.

Os falsos condomínios surgem quando alguns moradores de determinada rua ou loteamento, reunidos em grupos, a pretexto de prover maior segurança, criam uma associação, à revelia de muitos dos proprietários, cercam a área com muros, colocam portões, constroem guaritas e portarias dotadas de cancelas e proíbem a circulação de pedestres e de veículos considerados indesejáveis. São o exemplo mais eloquente da privatização do espaço público.

Para discutir esse assunto, de notório interesse público, indicamos, como convidados:

- Fernando Massote, professor do Departamento de Ciência Política da UFMG e organizador do Movimento Portas Abertas contra os Falsos Condomínios em Minas Gerais;

- Francisco do Arembepe, representante do Movimento de Defesa contra Falsos Condomínios em Camaçari, no Estado da Bahia.

- José Carlos de Freitas, promotor de justiça de São Paulo na área de Habitação e Urbanismo;

- Marcia Saraiva de Almeida, coordenadora do Movimento Nacional de Defesa das Vítimas dos Falsos Condomínios;

- Roberto Mafulde, advogado especializado e atuante na luta contra os falsos condomínios;

- Rodolpho Mello, coordenador do Movimento Cidade Democrática, em Cotia-SP;

- Sandra Paulino da Silva, advogada e moradora no município de Embu das Artes, São Paulo;

- Saulo César Paulino e Silva, professor universitário e morador no município de Embu das Artes, São Paulo;

- Sidney Rosa, coordenador do Grupo de Combate aos Falsos Condomínios no Estado do Rio de Janeiro;

JUSTIFICAÇÃO

Como disse em discurso que proferi na Tribuna do Senado, em 28/6/2012, ao longo dos últimos anos, tenho recebido diversas correspondências que apresentam denúncias sobre os graves delitos cometidos por associações de falsos condomínios.

Sobre a questão, de início, ressalto que tanto a preservação da ordem pública quanto a proteção das pessoas e de seu patrimônio são deveres do Estado – pela dicção do art. 144 da Constituição da República –, cuja maior carga de responsabilidade repousa como atribuição dos Estados Federados, por meio das polícias militares e das polícias civis.

No tocante aos falsos condomínios, considero que o primeiro direito cerceado pelas atitudes dessas falsas associações é o direito de ir e vir, o direito fundamental de locomoção das pessoas, constante do inciso XV, do art 5º, da Constituição da República.

O segundo direito maculado pelos falsos condomínios diz respeito aos princípios da legalidade e da autonomia da manifestação de vontade, contidos no art. 5º da Constituição Federal, respectivamente, no inciso II, cujo dispositivo garante que “ninguém será obrigado a fazer ou



SENADO FEDERAL
Gab. Senador Eduardo Suplicy

deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei” e no inciso XX, que prescreve que “ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado”.

As irregularidades tomam um vulto maior quando, influenciados por empresas administradoras, que apelam pelo reforço de segurança, parte dos moradores de uma rua, por exemplo, decidem criar e registram em cartório uma associação de condôminos, à revelia e em desrespeito à vontade de alguns moradores. Estes, contrários à decisão tomada, passam a ser obrigados a recolher para a associação taxas e contribuições que, no limite, podem levar à penhora de seus bens imóveis para quitar as supostas dívidas.

Sobre o tema, como disse, tenho recebido várias comunicações, das quais destaco as correspondências do casal – Dra. Sandra Paulino da Silva e Prof. Saulo César Paulino e Silva –, que me dão conta de graves arbitrariedades cometidas por particulares e agentes públicos no município de Cotia, no Estado de São Paulo. A Dra. Sandra Paulino e o Prof. Saulo César, para alcançarem sua residência, na cidade de Embu das Artes, precisam utilizar a Avenida Dr. Altair Martins, via pública existente no município de Cotia.

Ocorre que uma associação de moradores fechou a avenida, ao estabelecer um falso condomínio no Loteamento Gramado, instalando, na via pública, portões e cancelas e já tendo aprovado a instalação de cancelas eletrônicas com cartões magnéticos, a título de aumentar a segurança do local. Tudo isso ocorrendo com a conivência do poder público, ao arrepio de decisão judicial exarada pela 3ª Vara Cível de Cotia, que vê na ação da associação de moradores um ato atentatório à liberdade de locomoção.

Destaco, também, as informações da senhora Marcia Saraiva de Almeida, que me dão ciência do sofrimento por que passa grande número de moradores desses falsos condomínios. Como exemplo, cito a

mensagem da Sra. Dilce, de 85 anos, moradora do bairro Jardim Petrópolis, em Maceió, no Estado de Alagoas, que nos diz:

“Tenho 85 anos. Moro com meu marido, também idoso, no bairro Jardim Petrópolis há quase 30 anos. Venho sofrendo a perseguição da associação de moradores, por me recusar a pagar a taxa imposta por ela. Estou sendo processada e corro o risco de ter o meu único bem, minha casa, penhorado. Eu nunca fui associada, mas mesmo assim temo, porque a Justiça de Maceió tem condenado os moradores desses falsos condomínios, alegando que devem pagar, mesmo não sendo associados, sob o pretexto do enriquecimento ilícito. Dia desses, fui abordada dentro da igreja, durante uma missa, e fui cobrada. Foi uma humilhação. No mesmo dia desse apanchamento, muito contrariada e chorando muito, tive um AVC e fui parar no hospital. Peço, pelo amor de Deus, providências.”

No Estado de São Paulo, esta situação é alarmante. Em matéria da Revista da Folha de São Paulo, de 13 de maio de 2012, sob o título “Risco e moradia: associações de bairros fazem reparos nas vias públicas e cobram de moradores não filiados”, a jornalista Patrícia Britto diz que “na Justiça paulista, é frequente a interpretação de que, mesmo não sendo associado, o morador se beneficia com as melhorias feitas e, portanto, deve participar do rateio de despesas. Com base nesse entendimento, em 2009, o Tribunal de Justiça determinou a penhora da casa do analista de sistemas Augusto Enzo Izzi, 60 anos, então morador do Residencial Parque dos Príncipes, por suposta dívida de R\$ 40 mil. Seu advogado conseguiu evitar que o imóvel fosse a leilão, mas o dono teve R\$ 9.000 penhorados em sua conta bancária, situação que permanece até hoje”.

Considerando esses dados alarmantes, julgamos muito oportuno aprovar esse requerimento de audiência pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), de forma que possamos angariar maiores conhecimentos sobre as irregularidades praticadas por estes falsos condomínios e, assim, tenhamos condições de



SENADO FEDERAL
Gab. Senador Eduardo Suplicy

encaminhar a questão, de modo mais fundamentado, para as autoridades com competência para solucionar o problema.

Sala da Comissão,

Senador **EDUARDO MATARAZZO SUPLICY**